Por dentro do Brasil

Ambiente de Negócios

Por dentro do Brasil

Ambiente de Negócios

Por Dentro do Brasil

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

ÍNDICE

Parceria **11**
Aperfeiçoamento Institucional **13**
Administração Pública 13
Marcos Regulatórios 14
Esforços para Facilitar Negócios 17
Estabilidade Econômica **20**
Ajuste Externo 20
Política Fiscal 21
Controle da Inflação 22
Políticas para o Desenvolvimento **23**
Investimentos 23
Crédito 24
Vantagens Comparativas **25**
Mercado Interno 25
Exportações Diversificadas 26
Dinamismo no Agronegócio 26
Energia 27
Um Brasil de Todos **28**
Fontes de Informação **31**

ABSTRACT

AMBIENTE DE NEGÓCIOS NO BRASIL

Consolidada a estabilidade econômica, o Brasil encontrou espaço para trilhar um novo modelo de desenvolvimento com prioridades na busca da eficiência e crescimento econômico com inclusão social. O País está empenhado em identificar e desmontar entraves burocráticos e estruturais a novos investimentos, construir um mercado interno forte e alcançar uma posição estratégica no mercado internacional. Esses são os eixos de um conjunto de políticas e ações em direção à conquista de um ambiente de negócios saudável.

PARCERIA

Nos últimos quinze anos, o Brasil construiu um novo modelo de desenvolvimento, apoiado na estabilidade monetária, reversão das fragilidades externas, responsabilidade fiscal e inclusão social. Esse esforço conduziu o País a um ciclo de expansão econômica e a um novo patamar no contexto internacional, fazendo crescer o interesse por investimentos. Constitui uma prioridade manter a capacidade econômica de oferecer crescentes oportunidades de negócios. Nesse sentido, há um permanente compromisso, não apenas com a consistência dos fundamentos econômicos e a justiça social, mas com a solidez das instituições. O Brasil está empenhado em garantir ao setor produtivo regras universais, estáveis e claras que permitam previsibilidade e transparência para aqueles que buscam investir no País.

O atual ambiente econômico favorável é resultado de esforços que tiveram como primeiro marco decisivo a redução e controle da inflação, em meados da década de 90. No entanto, fragilidades nas contas internas e externas remanescentes mantiveram o ritmo da economia brasileira atrelado às oscilações da economia internacional. O Brasil sofreu o impacto das sucessivas crises externas que ocorreram no período. O ambiente de incerteza ainda tornava o País um parceiro de risco elevado quando a decisão envolvia investimentos diretos no setor produtivo.

A busca da melhoria dos cenários fiscal e externo, iniciada em 1999, acentuou-se a partir de 2003. O aumento dos superávits primários nas contas públicas, associado à gestão diferenciada das contas externas – adotou-se a política de acúmulo de reservas cambiais –, transformou os indicadores econômicos: a dívida pública em comparação ao Produto Interno Bruto (PIB) experimentou redução significativa; ao final de 2007, o Brasil passou de devedor a credor nominal no mercado internacional, com reservas cambiais de US$ 180 bilhões. Em 2008, o PIB brasileiro cresceu 5,1% e a taxa de juros chegou ao mais baixo patamar da história. Apesar de a crise econômica mundial ter desacelerado o ritmo de crescimento em 2009, em 2010 a economia já retornava ao ritmo pré-crise, com sinais de expansão.

O PIB do 1º trimestre de 2010 cresceu 2,7% em relação ao último trimestre de 2009. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período, a produção nacional de bens e serviços atingiu o montante de R$ 826 bilhões. Esses resultados confirmam que a economia não apenas se recuperou da

crise financeira internacional, como atingiu seu maior crescimento em mais de 15 anos, diante dos 9% de aumento na comparação com o 1º trimestre de 2009.

O novo cenário econômico mudou o ambiente de negócios brasileiro de forma decisiva. Os investimentos diretos, ou seja, dirigidos ao setor produtivo, continuam batendo recordes históricos. No grupo das economias emergentes, o Brasil foi o segundo mercado mais atrativo em 2008. Mesmo durante a crise internacional, ao longo de 2009, o Brasil se manteve entre os principais focos de interesse de investimentos estrangeiros, se comparado a outros Países emergentes, encerrando o ano com um registro de US$ 25,9 bilhões em investimentos estrangeiros diretos, volume esperado pelo Banco Central.

A relação entre o Estado brasileiro e o setor privado atravessou transformações igualmente profundas nos últimos anos. Além de garantir a consolidação da estabilidade monetária, o governo está empenhado em alcançar inserção internacional competitiva. Nessa agenda, são consideradas ações prioritárias: a superação de gargalos regulatórios e de infraestrutura, o estímulo aos investimentos privados nacionais e externos, a busca de maior eficiência produtiva, a expansão da presença brasileira no comércio internacional e o fortalecimento do mercado interno. Trata-se de uma tarefa que exige, além de avanços de gestão por parte do governo, um novo patamar na relação público-privada, que envolva compromissos recíprocos.

APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL

O aperfeiçoamento das instituições fortalece a confiança da sociedade e, em especial, do investidor. O Brasil vem concentrando esforços na ampliação do grau de transparência e responsabilização nas ações do Estado e na eficiência dos regulamentos, buscando torná-los mais claros e coerentes. Tais ações são consideradas fundamentais para a manutenção de um ambiente de negócios saudável, além de integrarem o conjunto de pilares do regime democrático brasileiro. A seguir, estão descritas algumas delas.

Administração Pública

É permanente o empenho em ampliar os canais de diálogo com a sociedade em toda a administração pública. Instrumentos, como a consulta pública prévia à elaboração de normas e as ouvidorias, tornaram-se rotina na maioria dos órgãos federais, embora não sejam obrigatórios. Busca-se a crescente modernização das ferramentas de gestão, controle interno e prestação de serviços ao cidadão. Há um esforço contínuo no sentido de aperfeiçoar, atualizar e consolidar normas.

O uso intensivo da tecnologia da informação como instrumento para reduzir custos da burocracia, ampliar o controle social e melhorar a qualidade do atendimento ao público tem sido prioritário. Por intermédio de portais eletrônicos, estão disponíveis para consulta informações detalhadas e atualizadas sobre licitações, contratos firmados, gastos orçamentários e transferências de recursos realizadas às unidades da federação, ampliando o controle social sobre a aplicação de recursos públicos. Um deles é o Portal da Transparência (www.portaltransparencia.gov.br), cuja eficiência foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2008. Hoje, ele abriga mais de um bilhão de informações, envolvendo recursos federais superiores a R$ 7,3 trilhões. Um sistema de mala direta, de fácil cadastramento pelo cidadão, permite que ele receba, via e-mail, informações referentes a liberações de recursos para o município cadastrado, para fins de acompanhamento de convênios.

O portal www.comprasnet.gov.br é outro exemplo de controle online disponibilizado à sociedade. Ele permite consultas diretas a editais de

licitações, pregões realizados, cotações eletrônicas e relatórios gerenciais sobre a evolução das compras e economias obtidas com o pregão eletrônico. O sistema, criado em 2002, é também uma ferramenta de gestão: tem como objetivo reduzir custos nas compras governamentais e combater fraudes e superfaturamentos.

Os esforços brasileiros incluem, ainda, programas de valorização do quadro de servidores públicos, e, simultaneamente, criação de instrumentos de controle da qualidade dos serviços prestados, avaliação de desempenho individual e profissionalização.

No que diz respeito ao quesito transparência e boas práticas no atendimento a investidores externos, o Brasil alcançou a pontuação máxima na classificação do Institute of International Finance (IIF), considerado referência internacional. A avaliação é anual, inclui 38 Países emergentes e abrange a análise de 44 quesitos relacionados à relação institucional de órgãos oficiais – no caso brasileiro, o Banco Central e o Tesouro Nacional.

Nas ações do Estado que exigem a participação de várias esferas administrativas, as dimensões do País, sua organização federativa e as diferenças econômicas regionais representam um desafio. Para superá-lo, foram reforçados os mecanismos de coordenação e cooperação entre União, estados e municípios. Estratégia idêntica vem sendo implementada na execução de políticas públicas que exigem a atuação conjunta de diferentes órgãos da administração federal.

As indicações são de que esses e outros instrumentos adotados com o objetivo de aprimorar a gestão pública vêm gerando resultados positivos. Estudo elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em julho de 2009, mostrou que a produtividade no setor público brasileiro evoluiu mais que a do setor privado entre 1995 e 2006. No período pesquisado, a produtividade na administração pública aumentou 14,7%. Já no setor privado, a evolução foi de 13,5%.

Marcos Regulatórios

Regras claras e coerentes são determinantes na construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento de novos negócios. Dedicado especificamente à melhoria da qualidade da regulação, foi implantado, em março de 2007, o Programa para Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão Regulatória (PRO-REG). Coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, o programa busca fortalecer a capacidade dos ministérios e agências reguladoras na elaboração e

execução de políticas públicas que envolvam variáveis com impacto sobre o funcionamento dos mercados, a concorrência e a competitividade, o ambiente de negócios, a capacidade de atrair investimentos e efeitos potenciais sobre consumidores e usuários. O PRO-REG tem ainda o objetivo de aperfeiçoar a coordenação entre as instituições que participam do processo regulatório, fortalecer os mecanismos de prestação de contas e ampliar a participação da sociedade civil no que diz respeito à ação reguladora do Estado.

Desde 1995, ênfase progressiva vem sendo dada ao modelo de concessão de serviços públicos. Inspiradas na experiência internacional, diversas agências reguladoras autônomas foram criadas com a missão de controlar as atividades econômicas repassadas à iniciativa privada. Tais instituições foram instaladas em nível federal, estadual e municipal.

No âmbito federal, dez instituições deste tipo foram criadas com a missão de regular e fiscalizar setores, como energia elétrica; telecomunicações; extração, produção e distribuição de petróleo; e aviação civil. Algumas características são comuns a todas: autonomia de gestão, mandatos fixos para os seus dirigentes – nomeados após aprovação do Senado –, decisões colegiadas e poder para emitir normas e julgar processos.

O funcionamento das agências nos últimos anos mostrou a necessidade de aprimoramentos na coordenação e no alinhamento estratégico entre políticas setoriais e processos regulatórios. Busca-se o equilíbrio entre três objetivos: manter a autonomia das agências, respeitar as especificidades de cada mercado e atender às necessidades dos cidadãos.

As Agências Reguladoras Federais
Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis - ANP
Agência Nacional das Telecomunicações - ANATEL
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA
Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS
Agência Nacional de Águas – ANA
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAG
Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT
Agência Nacional do Cinema – ANCINE
Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC

Já as modificações feitas nos modelos de regulação dos setores elétrico e de petróleo decorreram de motivos específicos. A atual estrutura do setor energético, implantada em 2004, foi concebida para atrair mais investimentos privados com o mínimo de custo – em especial na área de geração de energia elétrica –, garantir previsibilidade no fornecimento energético e viabilizar a cobrança de tarifas razoáveis. A reformulação corrigiu falhas do modelo anterior, que não viabilizou os investimentos necessários ao atendimento da demanda. No caso da exploração e produção de petróleo nas camadas do Pré-sal, alterações regulatórias encaminhadas, em agosto de 2009, ao Congresso têm objetivos estratégicos. Seguindo a prática internacional de garantir maior participação do Estado nos resultados em reservas com elevada rentabilidade e baixo risco, o Executivo brasileiro encaminhou ao Legislativo projeto de lei propondo que a participação do setor privado na exploração e produção no Pré-sal obedeça ao modelo de partilha.

Em busca de um Sistema Judiciário acessível e eficaz

Além de influir sobre a qualidade das instituições democráticas, o desempenho do Sistema Judiciário é uma das principais variáveis consideradas nas decisões de investimento e consolidação de negócios. A partir de dezembro de 2004, várias inovações legislativas – entre elas, a modificação de 25 artigos da Constituição Federal brasileira – foram adotadas com o objetivo de ampliar a eficiência, a agilidade e o acesso da população ao sistema brasileiro. Batizada de "Reforma do Judiciário", o novo marco institucional incluiu alterações dirigidas à redução de recursos e expedientes protelatórios ao longo da tramitação de processos, centralização de decisões nas duas cortes superiores de Justiça (Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça) e a criação de instrumentos que permitissem à corte suprema priorizar o julgamento de recursos mais relevantes para a sociedade, dando-lhes uma repercussão geral e uniformizadora.

A reforma de 2004 incluiu ainda a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão com atuação em todo o território nacional, com o objetivo de aperfeiçoar os serviços prestados pela Justiça por intermédio de ações de planejamento, coordenação e controle administrativo. Seus quinze integrantes são indicados por vários segmentos do Judiciário e da sociedade e referendados pelo Senado. Têm mandatos de dois anos e independência garantida na Constituição Federal. Além de representantes de tribunais

o conselho é integrado por membros do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Senado e Câmara. O trabalho do CNJ inclui a proposição de políticas judiciárias e ações de modernização tecnológica voltadas para a ampliação do acesso da sociedade à Justiça. Entre as atividades desenvolvidas estão, por exemplo, a proposição, aos órgãos do judiciário, de medidas para garantir mais agilidade à Justiça brasileira.

Um pacto de colaboração entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário permitiu a aprovação de mais de duas dezenas de projetos de lei que regulamentaram boa parte das mudanças, além da execução de iniciativas destinadas a desafogar o Judiciário brasileiro de seus mais de 70 milhões de processos, como a informatização dos tribunais e a racionalização de processos de tramitação. Esforços no sentido de ampliar a presença das defensorias públicas – órgãos do Estado destinados a prestar assistência jurídica gratuita à população mais pobre – também foram efetuados. Em abril de 2009, a parceria entre os três poderes da República em torno de uma nova pauta modernizadora foi renovada. A nova agenda inclui a concretização de direitos humanos e fundamentais, por intermédio de aperfeiçoamentos legais.

Esforços para Facilitar Negócios

Os procedimentos de abertura e encerramento de empresas e a disponibilidade de informações confiáveis sobre exigências legais e oportunidades para novos empreendimentos são aspectos cruciais para a atração de investimentos estrangeiros e a manutenção de um ambiente de negócios favorável.

A Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI), mantida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior desde 2003, constitui um sistema de informações sobre a atividade de investimento no País. Com o apoio das secretarias estaduais de desenvolvimento, indústria e comércio e entidades de classe empresariais, a rede se mantém com os objetivos de fornecer informações que auxiliem na tomada de decisão de potenciais investidores, articular medidas de facilitação do investimento e apoiar as estruturas governamentais em suas atividades de promoção de inversões produtivas. Para alcançar esses propósitos, a RENAI mantém um

portal na internet (http://investimentos.desenvolvimento.gov.br), onde disponibiliza o Relatório de Anúncios de Projetos de Investimentos e o Banco de Oportunidades de Negócios. Além de outros produtos e ações de divulgação, a rede também realiza oficinas de trabalho e seminários e trata das demandas de empreendedores, consultorias e instituições acadêmicas.

Em julho de 2009, foi implantado o Portal do Empreendedor, um sistema digital que permite a abertura, fechamento, alteração, legalização e outros procedimentos mercantis executados pelas Juntas Comerciais brasileiras (instituições submetidas à regulação estadual, responsáveis pelo registro formal de empresas). O sistema também dá acesso ao registro de empreendedor individual.

O portal é a primeira fase da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), um sistema concebido a partir do conceito de one-stop point, que fará a integração de todos os processos das diversas instituições e níveis de governo – federal, estadual e local – envolvidos no registro, inscrição, alteração e baixa de empresas, por meio de uma única entrada de dados e de documentos, acessada por intermédio da Internet ou em um mesmo local de atendimento. Com esse esforço de cooperação e integração de procedimentos, busca-se superar obstáculos organizacionais típicos das uniões federativas, cujas unidades têm autonomia administrativa.

Outras iniciativas no sentido de diminuir custos e exigências, racionalizar procedimentos e apoiar a abertura e a recuperação de empreendimentos têm sido adotadas constantemente. Atualmente, o maior desafio enfrentado pelo governo é a redução dos prazos para abertura de empresas. Levantamento realizado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em 2009, mostrou que o tempo médio para abertura de empresas, em especial para aquelas que atuam em setores de baixo risco no Brasil, é de 20 dias. A meta do governo é chegar a, no máximo, quatro dias.

No âmbito da busca pela desburocratização de processos, as micro e pequenas empresas operam em regime simplificado e de tributação reduzida. Além disso, uma nova lei de falências, aprovada em 2005, facilita e incentiva a negociação extrajudicial de débitos de empresas em dificuldades financeiras, ampliando as chances de recuperação de empresas viáveis.

Outros indicadores apontam que a melhoria no ambiente econômico brasileiro incentivou o empreendedorismo. A edição de 2009 da Pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM) revelou que, para

cada brasileiro que empreende por necessidade, há dois que o fazem por oportunidade. A razão entre oportunidade e necessidade ficou em torno de 1,6, mantendo a inversão no número dos que empreendem por oportunidade e por necessidade no Brasil, iniciada em 2008. Comparado com outros treze Países do G-20, grupo que reúne as principais economias do mundo, o Brasil só perdeu para a China na quantidade de empreendedores.

A pesquisa é executada no País pelo Instituto Brasileiro Qualidade e Produtividade (IBQP), com patrocínio do Sebrae, e coordenação internacional da Global Entrepreneurship Research Association, instituição de estudos mantida em parceira pela London Business School (Inglaterra) e o Babson College (Estados Unidos). A mudança no perfil de empreendedores sugere que o Brasil caminha para atingir razões observadas em Países como os Estados Unidos, onde há 3,16 empreendedores por oportunidade para cada um por necessidade. As micro e pequenas empresas brasileiras, responsáveis por parcela importante dos empregos gerados no País, estão sobrevivendo mais hoje em relação ao passado. Segundo pesquisa do Sebrae sobre o tema, 78% dos empreendimentos abertos permaneceram no mercado. O resultado é considerado positivo quando comparado com o obtido em pesquisa anterior, na qual o índice foi de 50,6%, para empresas abertas entre 2000 e 2002.

Os esforços para melhorar as condições de investimento no País estendem-se ao campo tributário. Em 2008, foi enviada ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição Federal que sugere a simplificação das normas tributárias vigentes nas três esferas federativas – União, estados e municípios. O projeto prevê, entre outras mudanças, a consolidação de tributos federais com características semelhantes em um só imposto e uma legislação única nacional para todos os estados da federação. O objetivo é reduzir o número de tributos e racionalizar a forma de cobrança.

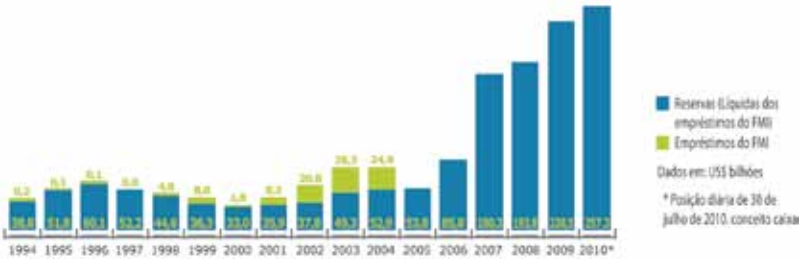
ESTABILIDADE ECONÔMICA

Após mais de uma década de gestão econômica dedicada à busca de solidez nas contas externas, equilíbrio fiscal e controle da inflação, os indicadores econômicos apontam que o Brasil alcançou um ciclo de crescimento sustentado. Os progressos mencionados a seguir, com os quais o País está comprometido, são apontados como condições indispensáveis a um ambiente de negócios adequado.

Ajuste Externo

A manutenção do regime de câmbio flexível permitiu, em contexto de ciclo global e interno favorável ao comércio, a elevação do estoque de reservas internacionais a patamares superiores a US$ 200 bilhões e a redução estrutural da vulnerabilidade externa. Essa estratégia, associada às políticas de controle da inflação e ajuste fiscal, deu ao Brasil a possibilidade de alcançar a posição de credor externo líquido pela primeira vez na história. Entre 2006 e 2008, o volume de reservas cambiais mais que dobrou. Com isso, caiu consideravelmente o prêmio de risco do Brasil ante os demais Países emergentes, o que contribuiu para consolidar um ambiente propício para o investimento privado e o crescimento econômico.

Reservas Internacionais e Empréstimos do FMI (US$ bilhões)



A melhora dos fundamentos macroeconômicos, criou as condições para que as três principais agências internacionais de avaliação de risco – Standard & Poor`s, Fitch e Moody`s – elevassem, a partir de 2008, as classificações de risco soberano do País para grau de investimento.

De acordo com dados de uma das três principais agências de rating, entre setembro de 2008 e julho de 2009, logo após a quebra do banco Lehmann Brothers, ocorreram no mundo dezenove rebaixamentos de rating. Trinta Países tiveram seu outlook de riscos modificado para "negativo". Em outros cinco casos, as agências de risco mudaram o outlook de "positivo" para "estável". No mesmo período, o Brasil teve seu Investment Grade e outlook reafirmados na classificação "estável" pelas agências Standard & Poor´s e Fitch e obteve a elevação ao grau de investimento nos critérios da Moody´s.

Evolução da Classificação de Risco do Brasil no Passado Recente

Brasil	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
S & P	B+	BB-	BB-	BB	BB+	BBB-	BBB-
Fitch	B+	BB-	BB-	BB	BB+	BBB-	BBB-
Moody´s	B2	B1	Ba3	Ba2	Ba1	Ba1	Baa3
DBRS	N/D	N/D	N/D	BB	BBH	BBBl	BBBl
JCR	N/D	N/D	N/D	BB+	BB+	BBB-	BBB-
R&I	B+	BB-	BB-	BB+	BBB-	BBB-	BBB-

Grau Especulativo Grau de Investimento

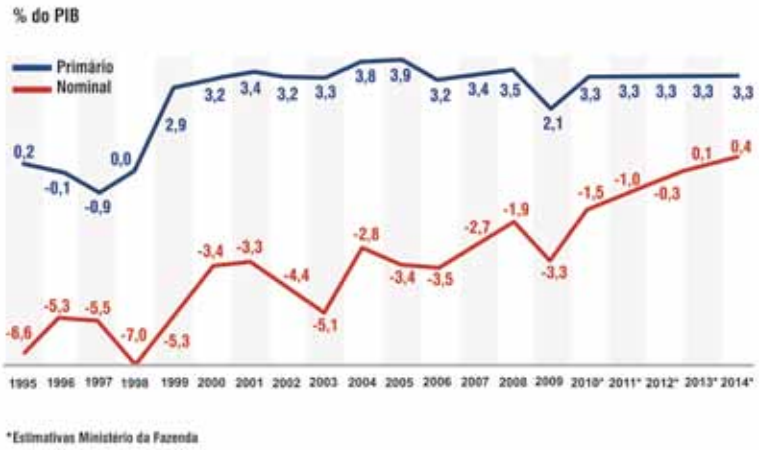
Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional

Política Fiscal

Os expressivos superávits primários nas contas públicas alcançados na última década são resultado de uma política fiscal cujo objetivo central é garantir a estabilidade econômica, com a reversão da trajetória de crescimento da dívida líquida do setor público como proporção do PIB. A dívida sob esse conceito, que chegou a 56,9% do PIB em setembro de 2002, caiu para 41,5% em agosto de 2010. Entre outros, três fatores contribuíram para a melhoria: os superávits primários sucessivos, a redução das taxas de juros e o crescimento da economia. Há mais de dez anos o governo cumpre as metas fiscais estabelecidas, deixando claro o compromisso da sociedade brasileira com a responsabilidade na

administração do orçamento público, aspecto basilar na construção de um ambiente de negócios confiável. Essa gestão abriu espaço para a ampliação de gastos com políticas anticíclicas no primeiro semestre de 2009, para compensar os efeitos da crise financeira internacional.

Resultado Primário e Nominal do Setor Público



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ministério da Fazenda

Controle da Inflação

Em janeiro de 2009, o Sistema de Metas de Inflação Brasileiro completou dez anos. O Banco Central do Brasil, executor do regime, tem demonstrado autonomia para perseguir as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), adotando os ajustes necessários na política monetária, sempre que o cenário assim o exige. Mesmo no momento mais agudo da crise internacional, após setembro de 2008, o Brasil foi um dos poucos Países do mundo que cumpriu as metas fixadas. O quadro de estabilidade monetária, combinado com a reduzida vulnerabilidade externa, entre outros aspectos, permitiu ao Banco Central brasileiro empreender uma progressiva redução nas taxas de juros referenciais brasileiras, que chegaram, em 2009, aos números mais baixos de sua história.

POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO

O governo brasileiro tem implementado iniciativas para promover o desenvolvimento produtivo, com impactos positivos sobre o ambiente de negócios. Entre elas estão a adoção de políticas ativas de crédito e a priorização do investimento público, como forma de eliminar gargalos na infraestrutura e estimular o investimento privado em setores estratégicos.

Investimentos

Lançado em janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um conjunto de investimentos públicos de longo prazo em infraestrutura econômica e social nos setores de transportes, energia, recursos hídricos, saneamento e habitação. O programa contempla ainda diversas medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico, como estímulos ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo.

As metas propostas pelo PAC envolvem expansão significativa do investimento público e, em decorrência, do investimento privado. A elevação do nível de investimento pelo setor público na resolução dos gargalos existentes na infraestrutura logística e energética, aliada à continuidade das políticas inclusivas - essenciais à expansão do mercado interno -, é fundamental para a expansão da capacidade produtiva nacional e elevação da produtividade sistêmica da economia. Iniciado em 2007, o PAC prevê investimentos em infraestrutura (logística, social e urbana) e energia superiores a R$ 640 bilhões até o fim de 2010, com distribuição territorial focada na redução das desigualdades regionais.

A segunda fase do programa, lançada em março de 2010, prevê investimentos de até R$ 960 bilhões no período 2011-2014 e R$ 632 bilhões pós-2014. O plano mantém o foco nas áreas de logística, energia e infraestrutura urbana, mas amplia as prioridades para áreas sociais, como moradia, inclusão digital, educação, saúde e segurança pública.

Crédito

A estabilidade econômica, a redução das taxas de juros e os aperfeiçoamentos legais registrados ao longo do período fizeram com que as operações de crédito, de maneira geral, se expandissem do equivalente a 23% do PIB em 2004, para 45% em 2009, um nível recorde para os padrões brasileiros, antes sujeitos à imprevisibilidade de crises externas e elevadas taxas inflacionárias. Apesar do crescimento, o País ainda apresenta números modestos se comparados internacionalmente, o que significa que há ainda espaço para crescimento e, portanto, novas oportunidades de negócios.

Com o mercado de crédito ainda em desenvolvimento, o Estado garante condições de financiamento de longo prazo a empreendimentos privados por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Trata-se do maior banco de fomento público da América Latina, com desembolso equivalente ao triplo de recursos liberados pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento juntos. Em 2009, os desembolsos da instituição atingiram R$ 130 bilhões, superando o volume registrado em 2008, quando foram investidos R$ 92,2 bilhões. Mais de 80% das liberações foram dirigidas a empresas dos setores de Indústria e de Infraestrutura.

O apoio do banco se dá por meio de financiamentos a projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços a empresas instaladas no Brasil, inclusive subsidiárias de multinacionais. Além disso, o Banco atua no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e destina financiamentos não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico.

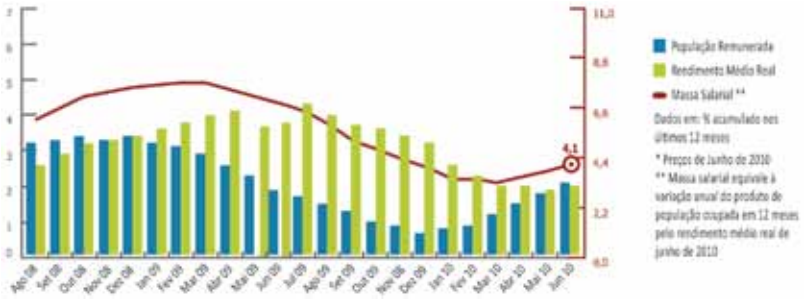
VANTAGENS COMPARATIVAS

O contexto de crescimento sustentado e responsabilidade na gestão macroeconômica, somado aos diferenciais competitivos que o País está empenhado em fortalecer, multiplicam as oportunidades de negócios.

Mercado Interno

As políticas sociais, associadas ao crescimento econômico ocorrido nos últimos anos, contribuíram para a melhora na distribuição da renda e no poder de compra da população brasileira. Assim, um maior número de pessoas passou a integrar o mercado de consumo e a ampliar a cesta de produtos que podem adquirir, tornando o mercado interno brasileiro mais forte e inclusivo. Há, igualmente, robusta expansão dos mercados de crédito e de capitais e a ampliação dos lucros das empresas, do emprego e da massa salarial na maioria dos setores da economia.

Crescimento da Massa de Rendimento Real (% acum. 12m)



Fonte: IBGE
Elaboração: Ministério de Fazenda

A sustentabilidade desse ciclo requer a expansão das taxas de investimento público e, em especial, privado. A criação de condições para novas oportunidades de negócios e atração desses investimentos é uma prioridade. Por esse motivo, o País tem priorizado políticas públicas para consolidar a confiança no crescimento e na capacidade da economia de atender à demanda em expansão.

Exportações Diversificadas

Nos últimos anos, o Brasil ampliou o leque de destinos estrangeiros de seus produtos. É crescente o volume de exportações para a China, que hoje figura, junto com os Estados Unidos e a União Européia, entre os principais parceiros comerciais do País.

O processo de diversificação minimizou o impacto da crise internacional sobre a economia brasileira ao longo de 2009, em comparação com outros Países. Por isso, estão em execução ações no sentido de mantê-lo, especialmente em relação a produtos com maior conteúdo tecnológico, além de aumentar o número de empresas exportadoras e ampliar os Países de destino das exportações.

O governo também tem se empenhado na promoção do crescimento sustentado das exportações. Considera-se fundamental preservar a robustez do balanço de pagamentos brasileiro, condição que, nos últimos anos, contribuiu para o fortalecimento da economia, afastando o padrão observado no passado, pelo qual o front externo foi, reiteradamente, origem de restrições ao crescimento. A essa prioridade, soma-se o aspecto de que, além de um mercado consumidor em expansão, o Brasil é também potencial plataforma exportadora para outros mercados latinos igualmente em crescimento. Esta já é uma realidade estratégica explorada, por exemplo, pela indústria automotiva.

Diversificação das Exportações

	2000	2007	2008	2009
Produtos Primários	22,8%	32,1%	36,9%	40,5%
Produtos Intermediários	15,4%	13,6%	13,7%	13,4%
Produtos Manufaturados	59,1%	52,3%	46,8%	44,0%
Operações Especiais	2,7%	2,1%	2,6%	2,1%
Total (US$ bi)	**55,1**	**160,6**	**197,9**	**153,0**

Fonte: MDIC / SECEX
Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional

Dinamismo no Agronegócio

O agronegócio brasileiro é um dos setores mais dinâmicos da economia, com condições de atender necessidades adicionais de consumo mundial. Dados coletados junto ao Ministério da Agricultura brasileiro apontam que o Brasil é o primeiro produtor e exportador de

café, açúcar, álcool e sucos de frutas. O País lidera o ranking das vendas externas de soja, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro.

Energia

A confiabilidade e a disponibilidade de um conjunto variado de fontes de energia garantem ao Brasil uma sólida posição de segurança de fornecimento energético a longo prazo. A matriz energética nacional é considerada a mais renovável entre as grandes economias do mundo, com 46% de sua produção proveniente de fontes como a água (usinas hidrelétricas), biomassa, os ventos e o bagaço de cana-de-açúcar (etanol), ante a média de 7% nos países desenvolvidos.

Maior produtor e exportador de etanol de cana-de-açúcar do mundo, o Brasil, hoje, se posiciona na vanguarda dos países em desenvolvimento no campo das energias renováveis. São genuinamente nacionais o ciclo completo de produção do etanol, desde o desenvolvimento de variedades especiais de cana-de-açúcar, formas de plantio, processamento, armazenagem e distribuição, além da tecnologia dos motores flex fuel (motores que se ajustam automaticamente a diferentes tipos e misturas de combustíveis, como álcool e gasolina).

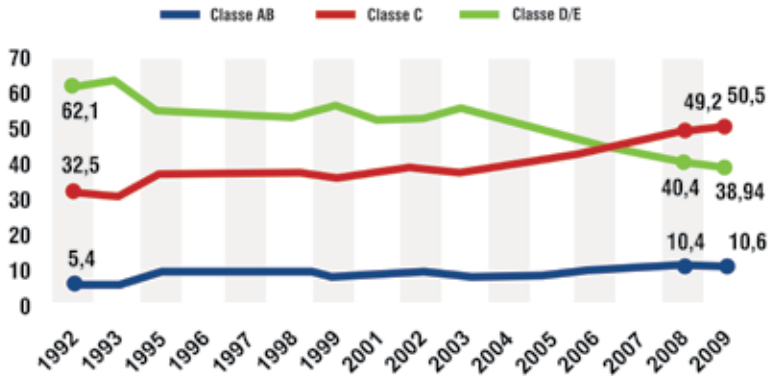
Desde 2006, o petróleo não representa mais um desequilíbrio sobre o Balanço de Pagamentos brasileiro. O país é autossuficiente na produção dessa commodity, com uma extração de 2,7 milhões de barris de óleo equivalentes (boe) por dia, aí considerada a produção da Petrobras no Brasil e no exterior. Quando começar a explorar ativamente as bacias do Pré-sal, o País passará à condição de exportador de derivados de petróleo. Para os blocos Tupi e Iara, a Petrobras estima reservas de até 12 bilhões de boe, o que poderá dobrar as reservas comprovadas brasileiras, hoje em torno de 15 bilhões de boe.

UM BRASIL DE TODOS

A opção pelo crescimento sustentado resultou na inclusão de milhões de brasileiros no mercado interno de consumo, antes em situação de pobreza absoluta, proporcionando-lhes cidadania e melhores condições de vida. Esses ganhos se deram em um contexto único no mundo. O Brasil é uma democracia consolidada e estrutura federativa sólida: uma população de mais de 190 milhões de pessoas convive em um ambiente de absoluta tolerância.

O processo de inclusão está espelhado em uma pesquisa divulgada em setembro de 2010 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), segundo a qual a classe média brasileira, denominada como "classe C", reunia 50,5% da população em 2009, mais de dez pontos percentuais em relação aos 37,56% registrados em 2004. No mesmo período, houve aumento de quatro pontos percentuais dos brasileiros de "classe alta" – esse contingente cresceu de 7,71% para 10,61% da população – e o porcentual de brasileiros classificados como "classe baixa", com famílias que ganham menos de R$ 1.064 mil, caiu de 52,56% para 38,94% da população.

Evolução das Classes Econômicas



Fonte: Centro de Politicas Sociais da FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

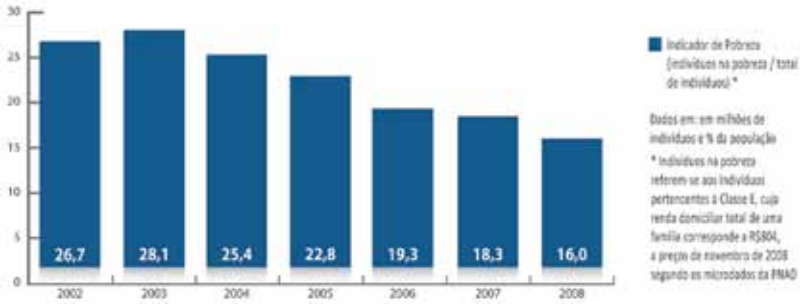
No estudo, a Fundação reuniu e analisou dados do Ministério do Trabalho e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostram a redução da pobreza em 15,32 pontos percentuais entre 2002

e 2009. A redução da pobreza se intensificou depois de 2004, embora a redução da desigualdade de renda no País já pudesse ser percebida antes disso. Mesmo com a crise externa, o Brasil conseguiu preservar a tendência de redução na desigualdade.

Os principais fatores que contribuíram para a mudança na estrutura da pirâmide distributiva brasileira foram: valorização do salário mínimo; aumento da cobertura assistencial a idosos e incapazes em situação de desamparo; e expansão da cobertura das políticas de transferência de renda, especialmente o Programa Bolsa Família. O salário mínimo teve aumento real de 43% entre abril de 2002 e junho de 2009. Os valores investidos nas políticas assistenciais para idosos e incapazes tiveram uma expansão superior a 600% e chegaram a R$ 19,1 bilhões no orçamento de 2009.

Os investimentos dedicados ao Programa Bolsa Família, que estabelece a transferência direta de renda a famílias pobres e extremamente pobres, dobraram nos últimos cinco anos: em 2009, R$ 11,9 bilhões foram direcionados ao programa. O Bolsa Família atende 12,4 milhões de famílias – aproximadamente 49 milhões de pessoas – com renda familiar per capta de até R$ 140,00 e impõe condicionalidades, como a frequência escolar mínima de 85% das aulas e o monitoramento nutricional na rede de saúde para crianças beneficiadas.

Evolução da Pobreza (%)



Fonte: FGV
Elaboração: Ministério da Fazenda

Setor Público

Presidência da República
www.presidencia.gov.br

Informações sobre o Estado e o governo brasileiro;
acesso on-line à legislação em vigor; links para órgãos do Governo Federal.
Assessoria de Imprensa da Presidência da República:
+55 (61) 3411-1601

MRE - Ministério das Relações Exteriores
www.braziltradenet.gov.br

Portal de promoção comercial do Ministério das Relações Exteriores; dados sobre empresas brasileiras, exportações e feiras no Brasil e no exterior, entre outros serviços.
Assessoria de Imprensa do Ministério das Relações
Exteriores: +55 (61) 3411-8006

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
www.pac.gov.br

Disponibiliza informações sobre obras e ações institucionais integrantes do PAC.
Assessoria de Imprensa da Casa Civil: +55 (61) 3441-9831

Portal da Transparência, mantido pela Controladoria Geral da República - Controladoria Geral da União
portaltransparencia.gov.br

Permite acompanhar e fiscalizar a execução dos gastos do Governo Federal e transferências de recursos federais a estados e municípios.
Assessoria de Imprensa da Controladoria Geral da União
(CGU): +55 (61) 2020-6740 / +55 (61) 2020-6850 / +55 (61) 2020-7271

Ministério do Planejamento
www.planejamento.gov.br

Informações sobre ações de planejamento de governo, gestão da administração pública e orçamento da União.
Assessoria de Imprensa do Ministério do Planejamento:
+55 (61) 2020-4547 / +55 (61) 2020-4575

PRO-REG - Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação
www.regulacao.gov.br

Disponibiliza a agenda de atividades do programa.
Assessoria de Imprensa do Ministério do Planejamento:
+55 (61) 2020-4547
Assessoria de Imprensa da Casa Civil: +55 (61) 3441-9831

Ministério da Fazenda
www.fazenda.gov.br

Informações relacionadas à política econômica federal, estudos, documentos e apresentações; links para órgãos ligados ao ministério e secretarias de fazenda dos Estados.
Assessoria de Imprensa do Ministério da Fazenda:
+55 (61) 3412-2545 / +55 (61) 3412-2547

Banco Central do Brasil
www.bcb.gov.br

Informações sobre o sistema financeiro brasileiro, balanço de pagamentos, política monetária, cotações de moedas, indicadores conjunturais e relatórios institucionais periódicos de avaliação econômico-financeira.
Assessoria de Imprensa do Banco Central:
+55 (61) 3414-3462 / +55 (61) 3414-1982

Departamento do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
www.tesouro.fazenda.gov.br

Estatísticas, relatórios institucionais periódicos sobre a gestão fiscal do Governo Federal, legislação financeira, indicadores fiscais de estados e municípios brasileiros.
Assessoria de Imprensa do Ministério da Fazenda:
+55 (61) 3412-2545 / +55 (61) 3412-2547

Secretaria da Receita Federal - Ministério da Fazenda
www.receita.fazenda.gov.br

Informações e estatísticas sobre legislação e arrecadação tributária; serviços de atendimento a contribuintes.
Assessoria de Imprensa da Secretaria da Receita Federal:
+55 (61) 3412-2777

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) - Ministério da Justiça
www.cade.gov.br

Acompanhamento de processos administrativos contra abusos de poder econômico, informações e estudos sobre
defesa da concorrência; links para órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.
Assessoria de Imprensa do Cade:
+55 (61) 3221-8429 /+55 (61) 9274-0869

Secretaria de Reforma do Judiciário - Ministério da Justiça
www.mj.gov.br

Informações sobre as ações em andamento relacionadas à ampliação do acesso e aperfeiçoamento do sistema judiciário brasileiro.
Assessoria de Imprensa do Ministério da Justiça:
+55 (61) 2025-3135 / +55 (61) 2025-3315

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
www.mdic.gov.br

Informações sobre ações do governo direcionadas ao desenvolvimento da produção e tecnologia industrial e comércio exterior; serviços para investidores nacionais e estrangeiros disponibilizados pela Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI); links com informações sobre linhas de financiamento, incentivos fiscais ao investimento, informações econômicas e programas de fomento disponíveis em estados e municípios; serviços dirigidos à legalização de empreendimentos disponibilizados pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).
Assessoria de Imprensa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: +55 (61) 2027-7320 / +55 (61) 2027-7216

RENAI - Rede Nacional de Informações sobre o Investimento
http://investimentos.desenvolvimento.gov.br/

A rede reúne informações sobre a atividade de investimento no País, mantida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, com o apoio de parceiros, como órgãos estaduais de fomento de investimentos e entidades de classe empresariais.
Assessoria de Imprensa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: +55(61) 2027-7320 / +55(61) 2027-7216

Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex)
www.apexbrasil.com.br

Informações sobre as exportações brasileiras, vocações produtivas regionais, estudos e prospecções de mercado, acordos de cooperação com redes internacionais, inserção no mercado internacional, encontros e eventos internacionais (missões comerciais, feiras, encontros de negócios).
Assessoria de Imprensa da Apex: +55 (61) 3426-0202

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES)
www.bndes.gov.br

Informações sobre atuação do BNDES.
Assessoria de Imprensa do BNDES: +55 (21) 2172-6686

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
www.ibge.gov.br

Informações e estudos estatísticos de natureza demográfica, geográfica, social e econômica do País para fins de planejamento; responsável pela elaboração das Contas Nacionais.
Assessoria de Imprensa do IBGE: +55 (21) 2142-4651

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
www.ipea.gov.br

Fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e disponibiliza pesquisas e estudos de avaliação de políticas públicas.
Assessoria de Imprensa do Ipea: +55 (61) 3315-5334

Ministério do Desenvolvimento Social- Programa Bolsa Família
www.mds.gov.br

Informações, estudos e estatísticas sobre políticas de distribuição de renda e assistência social mantidas pelo ministério.
Assessoria de Imprensa do Ministério do Desenvolvimento Social: +55 (61) 3433-1019

Portal do Senado Federal
www.senado.gov.br

Informações sobre funcionamento, atividades e proposições em andamento no Senado Federal; bases de dados e estudos técnicos sobre a execução de planos e orçamentos públicos federais.
Assessoria de Imprensa do Senado Federal:
+55 (61) 3303-5142 / +55 (61) 3303-4141

Portal da Camara dos Deputados
www2.camara.gov.br

Informações sobre funcionamento, atividades e proposições em andamento na Câmara dos Deputados; bases de dados e estudos técnicos sobre a execução de planos e orçamentos públicos federais.
Assessoria de Imprensa da Camara dos Desputados:
+55 (61) 3216-1500 / +55 (61) 3216-1503

TCU - Tribunal de Contas da União - Contas Públicas
www.contaspublicas.gov.br

Divulga as contas das entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal, da Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional, dos poderes legislativo, executivo e judiciário.
Assessoria de Imprensa do Tribunal de Contas da União:
+55 (61) 3316-7081 / +55 (61) 3316-7210

Conselho Nacional de Justiça
www.cnj.jus.br

Estatísticas sobre movimentação processual e outros indicadores relacionados à atividade jurisdicional no País; links para todos os tribunais superiores federais e estaduais.
Assessoria de Imprensa do Conselho Nacional de Justiça:
+55 (61) 3217-4998 / +55 (61) 3217-4593

Setor privado

CNA - Confederação Nacional da Agricultura
www.cna.org.br

Informações sobre o setor empresarial agrícola e suas lideranças.
Assessoria de Imprensa da Confederação Nacional da Agricultura
+55 (61) 2109-1419

CNC - Confederação Nacional do Comércio
www.cnc.com.br

Informações sobre o setor de comércio e suas lideranças empresariais.
Assessoria de Imprensa da Confederação Nacional do Comércio:
+55 (21) 3804-9200/ +55 (61) 3329-9546

CNI - Confederação Nacional da Indústria
www.cni.org.br

Informações sobre o setor da indústria e suas lideranças empresariais.
Assessoria de Imprensa da Confederação Nacional da Indústria:
+55 (61) 3317-9912

Sebrae - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
www.sebrae.com.br

Informações e serviços de apoio à abertura e expansão dos pequenos negócios.
Assessoria de Imprensa: +55 (61) 3362-1659 / +55 (61) 3362-1648

Federação Brasileira dos Bancos
www.febraban.org.br

Informações sobre o sistema financeiro brasileiro e suas lideranças empresariais.
Superintendência de Comunicação Social da Federação Brasileira dos Bancos: +55 (11) 3244-9831

Academia e Sociedade Civil

Fundação Getúlio Vargas - FGV
www.fgv.br

Pesquisa e ensino nas áreas de economia, administração e políticas sociais.
Assessoria de Imprensa da Fundação Getúlio Vargas –
Rio de Janeiro: +55 (21) 3799-4431 São Paulo: +55 (11) 3284-6147

Banco Mundial
www.bancomundial.org.br

Estudos e estatísticas sobre o Brasil.
Assessoria de Imprensa do Banco Mundial no Brasil:
+55 (61) 3329-1059 / +55 (61) 3329-1099

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - Fipe
www.fipe.org.br

Pesquisas econômicas; ligada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP).
Assessoria de Imprensa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas:
+55 (11) 3767-1720

Transparência Brasil
www.transparencia.org.br

Estudos, dados e pesquisas sobre combate à corrupção e ampliação do controle social das ações do Estado.
Assessoria de Imprensa da Transparência Brasil: +55 (11) 3062-3436

Secretaria de Comunicação Social
da Presidência da República